

Deliberação CBH-AT nº 66 de 14 de março de 2019

Aprova a Informação Técnica sobre a compatibilidade do Plano Diretor do Município de Embu das Artes, estabelecido pela Lei municipal nº 186, de 20 de abril de 2012 e pela Lei Complementar nº 282, de 3 de dezembro de 2015, com a Lei estadual nº 12.233, de 16 de janeiro de 2006 – Lei Específica da APRM Guarapiranga.

O Comitê da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê, no uso de suas atribuições, e considerando que:

- 1) A Lei municipal nº 186, de 20 de abril de 2012 e a Lei Complementar nº 282, de 3 de dezembro de 2015, estabeleceram o Plano Diretor do Município de Embu das Artes;
- 2) A Lei estadual nº 12.233, de 16 de janeiro de 2006, definiu a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Define a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Guarapiranga – APRM-G, regulamentada pelo Decreto estadual nº 51.866, de 22 de março de 2007;
- 3) A Resolução Conjunta SMA/SSRH nº 01, de 24 de julho de 2013, definiu as atribuições das Secretarias de Estado do Meio Ambiente e de Saneamento e Recursos Hídricos para a execução das atividades atribuídas ao Órgão Técnico do Sistema de Planejamento e Gestão da Lei estadual nº 12.233/2006, até que a Agência da Bacia Hidrográfica do Alto Tietê esteja apta a assumir as atribuições legais. Disciplinadas pelo artigo 8º da Lei estadual nº 9.866, de 27 de novembro de 1997;
- 4) O Ofício CBH-AT nº 083, de 14 de outubro de 2015, solicitou à Coordenadoria de Planejamento Ambiental da Secretaria Estadual do Meio Ambiente – CPLA análise e manifestação sobre a compatibilização da legislação municipal de Embu das Artes, em consonância à atribuição contida no inciso III do artigo 4º da Resolução Conjunta SMA/SSRH nº 01/2013 e às disposições do item I do artigo 3º da Lei nº 12.233/2006 e dos artigos 5º e 6º, respectivamente incisos XV e V, do Decreto nº 51.866/2007;
- 5) A Resolução SMA nº 142, de 25 de outubro de 2018, disciplinou o método de análise dos pedidos de compatibilização entre as leis específicas e os planos diretores e as leis municipais de planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano, no âmbito da Legislação das Áreas de Proteção e Recuperação dos Mananciais, Lei Estadual nº 9.866, de 27 de novembro de 1997;
- 6) O Ofício SMA/CPLA nº 107/2018, de 10 de dezembro de 2018, encaminhou à Secretaria Executiva do CBH-AT a Informação Técnica SMA/CPLA nº 021/2018 contendo resultado da análise de compatibilização em questão;
- 7) A Câmara Técnica de Planejamento e Articulação – CTPA, reunida em 20 de fevereiro de 2019, avaliou a Informação Técnica SMA/CPLA nº 018/2018, bem como a metodologia de compatibilização entre o ordenamento territorial regional e municipal disciplinada na Resolução SMA nº 142/2018, apresentada por meio do documento acessível em http://www.sigrh.sp.gov.br/public/uploads/documents//CBH-AT/14091/res-142_2018_metodologia-de-compatibilizacao_eg_is_ea.pdf ;
- 8) A CTPA, à vista das informações e esclarecimentos prestados, verificou que a legislação do Município de Embu das Artes submetida a exame apresenta compatibilidade em relação ao uso e ocupação do solo regional estabelecido pela Lei nº 12.233/2006, com base nos termos da Resolução SMA nº 142/2018.

Delibera:

Artigo 1º - Fica aprovado o documento anexo “Informação Técnica SMA/CPLA nº 021/2018” que manifesta a compatibilidade do Plano Diretor Municipal de Embu das Artes, instituído pela Lei municipal nº 186, de 20 de abril de 2012 e pela Lei Complementar municipal nº 282, de 3 de dezembro de 2015, às diretrizes e aos parâmetros da Lei estadual nº 12.233, de 16 de janeiro de 2006 e seu regulamento.

§ 1º - As modificações na legislação do Plano Diretor Municipal de Embu das Artes, que porventura ensejem alterações nos parâmetros urbanísticos de uso e ocupação do solo avaliados pela Informação Técnica SMA/CPLA nº 021/2018 deverão ser objeto de nova solicitação para análise de compatibilidade perante este CBH-AT.

§ 2º - A Secretaria Executiva encaminhará esta deliberação à prefeitura Municipal de Itapeverica da Serra.

Artigo 2º - Esta deliberação entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado.

José Auricchio Júnior
Presidente

Francisco de Assis R. Além
Vice-Presidente

Luiz Fernando Carne seca
Secretário